

APÊNDICE B - Produto Técnico-Tecnológico



uff Universidade
Federal
Fluminense



IFRS S2: perspectivas dos respondentes dos BRICS a respeito da norma de divulgação de informações relacionadas ao clima

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Pedro Godoy Sato ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Prof. Dra. Mariana Pereira Bonfim, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Volta Redonda

2024

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a opinião dos participantes das *comments letters* dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) sobre a minuta IFRS S2 - *Climate-related Disclosures*, emitida pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Com a crescente visibilidade dada ao desenvolvimento sustentável, o tema tornou-se cada vez mais relevante nas pesquisas acadêmicas e no meio profissional. Desde a Conferência de Estocolmo em 1972, diversas conferências e declarações, como a ECO-92 e o Protocolo de Kyoto, moldaram as políticas ambientais globais. A criação do ISSB busca estabelecer padrões globais de divulgação de sustentabilidade, sendo essa divulgação essencial para reduzir a assimetria informacional, conforme explicam a Teoria da Regulação e a Teoria do Interesse Público. Para o alcance do objetivo proposto, foram analisadas, através dos softwares ChatPDF e ATLAS.ti, as 700 cartas enviadas globalmente e, posteriormente, as 43 enviadas pelos países que compõem o BRICS. A análise revelou que a maioria das cartas possui entre 1 e 10 páginas, com 92% das correspondências enviadas por organizações, majoritariamente de agências, alianças e associações. Geograficamente, destacaram-se países como Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália, França, Japão, Alemanha e Suíça. No contexto dos BRICS, destacam-se a participação da África do Sul e do Brasil, e nenhuma carta tendo sido enviada pela Rússia. Através da análise detalhada das cartas dos BRICS, observou-se que as respostas sublinharam a importância de termos claros, a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas nas divulgações, e a inclusão de planos de transição e metas de descarbonização. Os principais desafios identificados foram as dificuldades de implementação em economias emergentes e os altos custos associados, sugerindo uma abordagem faseada e flexível. Recomenda-se a adoção do conceito como de dupla materialidade, a criação de um glossário universal e a padronização de documentos digitais. As respostas indicaram forte apoio aos objetivos da minuta IFRS S2, ressaltando a necessidade de uma governança climática robusta e inclusiva. O estudo considerou que as percepções das partes interessadas destacam a necessidade de uma governança climática robusta, a clareza nos termos utilizados e de orientações práticas para a implementação eficaz das recomendações. Com isso, o trabalho contribui para a compreensão das percepções das partes interessadas e o alinhamento das organizações dos países BRICS com padrões internacionais.

Instituição/Setor

International Sustainability Standards Board (ISSB), IFRS Foundation.

Público-Alvo da Iniciativa

International Sustainability Standards Board (ISSB), IFRS Foundation, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) bem como organizações de interesse dos países BRICS.

Descrição da situação-problema

Na COP27, realizada em 2022, a *IFRS Foundation* (órgão que o ISSB está subordinado) e o ISSB recém-formado anunciaram os progressos e parcerias realizados bem como suas primeiras publicações, reafirmando a importância dos acordos globais para o cumprimento dos objetivos do conselho (IFRS, 2022). Assim, em março de 2022, o ISSB publicou os rascunhos de dois normativos: o IFRS S1 - *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*, que propõe requisitos gerais de instrução de divulgação sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade (IFRS, 2023a); e o IFRS S2 - *Climate-related Disclosures*, a respeito das divulgações relacionadas ao clima (IFRS, 2023b).

Na criação de suas normas e pronunciamentos, a *IFRS Foundation* (s.d.) segue os seguintes passos: i) consulta de agenda, na qual analisa as prioridades internacionais; ii) programa de pesquisa, na qual inicia-se a explorar questões e possíveis soluções, verificando se há evidências do problema relacionado ao tema de pesquisa e consistência na argumentação da criação de um padrão; iii) programa de definição de padrões, elaborando consultas e propondo discussões a partir de uma proposta, com o recebimento e análise das cartas comentários (*comment letters*), enviadas pelos usuários respondentes; iv) programa de manutenção, onde são realizadas consultas referente a implementação e aplicabilidade, além de revisões plausíveis de interpretações que auxiliem o processo de adoção das normas (IFRS, s.d.a).

No contexto brasileiro, a Resolução CFC nº 1.670/2022 estabelece a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), cujo objetivo é elaborar e emitir documentos técnicos que sejam compatíveis com os padrões internacionais do ISSB (CFC, 2022). O CBPS (s.d.) possui como objetivo estudar, preparar e emitir documentos sobre padrões de divulgação financeira de sustentabilidade, levando em conta os pronunciamentos emitidos pelo ISSB.

Após a emissão dos rascunhos das normas e o recebimento e análise dos *feedbacks* dos *stakeholders* por meio das *comment letters*, em junho de 2023, o ISSB emitiu os dois normativos: IFRS S1 e IFRS S2. As *comment letters* enviadas ao ISSB são analisadas pelo

Comitê e se tornam base para a emissão da norma final. Assim, a análise dessas cartas se torna um importante instrumento de compreensão da visão das partes interessadas sobre o tema, visto que o perfil dos respondentes, a característica da empresa em que atua e o setor industrial a que está vinculado, exerce influência na elaboração da minuta (Adhikari; Betancourt; Alshameri, 2014).

Na emissão de normas publicadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), outro órgão subordinado a IFRS Foundation, já foi identificado que a opinião dos respondentes influencia na criação dos normativos, como é o caso da Estrutura Conceitual (Silva; Niyama; Rodrigues, 2016), da norma para pequenas e médias empresas (Haveroth *et al.*, 2017), sobre receitas (Quirino; Lima, 2018) e o normativo acerca dos instrumentos financeiros (Visoto *et al.*, 2020). Assim, é possível perceber a importância da participação dos usuários no processo de estabelecimento de padrões de divulgação (Hewa; Mala; Chen, 2020).

Desse modo, a presente pesquisa buscará analisar o conteúdo das *comment letters* à luz de duas teorias: a Teoria da Regulação, que revela a complexidade das influências no processo regulatório, enfatizando a importância de entender a seleção das agências reguladoras, seus poderes, metas e a motivação dos atores envolvidos (Viscusi; Harrington Junior; Sappington 2018; Cardoso *et al.*, 2009), e a Teoria do Interesse Público, que demonstra que a regulação deve atuar de forma a garantir o benefício da sociedade e não de partes interessadas (Feintuck, 2010).

Lopes e Dourado (2024) discutem a crescente importância das relações internacionais na gestão pública, destacando a formação e evolução do BRICS, um grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e, a partir de 2011, África do Sul. Os autores ressaltam que essa aliança tem representado um marco significativo, rompendo com o paradigma tradicional que privilegiava os países desenvolvidos como principais atores globais.

Em 2022, segundo o Governo Brasileiro em seu portal (Brasil, s.d.), evidenciou que o BRICS contribuiu com 25,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global, evidenciando uma expansão considerável em comparação com as economias do G7. Este crescimento reflete a força dessas economias emergentes, que têm alterado a dinâmica econômica internacional e desafiado a hegemonia dos países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos e a União Europeia. Além disso, Lopes e Dourado (2024) enfatizam que a gestão pública tem um papel crucial em promover cooperações internacionais, como as do BRICS, visando estabilizar a economia e promover o desenvolvimento econômico, o que aumenta a competitividade desses países no cenário global.

Nesse sentido, segundo Chen *et al.* (2023), a sustentabilidade se tornou central nos fóruns internacionais, destacando a necessidade de crescimento verde e eliminação de emissões de CO₂. O estudo dos autores encontrou que inovações ambientais, patentes e globalização financeira têm um impacto positivo no crescimento verde. Recomenda-se, portanto, que os formuladores de políticas públicas devem focar em atividades inovadoras de tecnologias verdes e aumentar a colaboração internacional para combater as mudanças climáticas.

Objetivos

Objetivo geral

Analisar a opinião dos participantes das *comments letters* recebidas pelo ISSB dos países pertencentes ao grupo BRICS a respeito da minuta IFRS S2 - *Climate-related Disclosures* (Divulgações referente a informações climáticas).

Objetivos específicos

- Analisar o perfil dos respondentes das cartas de maneira global e segregada pelos BRICS;
- Identificar as principais preocupações nas respostas dos países integrantes do BRICS.

Análise/Diagnóstico da situação-problema

Abaixo o Quadro 1 com a análise da situação problema segregado e resumido por questão do rascunho IFRS S2 - *Climate-related Disclosures*:

Quadro 1 - Resumo das respostas dos países do BRICS

Pergunta	Resumo das respostas
1 - Objetivo do <i>Exposure Draft</i>	Os objetivos e os requisitos de divulgação são equilibrados, mas há necessidade de clareza de alguns termos propostos.
2 – Governança	Apoiam a direção em torno do <i>framework</i> do TCFD mas exigem uma estrutura clara para a governança, com uma abordagem clara do escopo dos requisitos; exigem relatórios de governança com requisitos sérios.
3 - Identificação de riscos e oportunidades relacionados ao clima	Necessidade de mais clareza e orientação na definição dos termos; necessidade de mais exemplos, abordagem mais clara e padronizada; urgência no avanço de diretrizes.
4 - Concentrações de riscos e oportunidades na cadeia de valor	As divulgações devem adotar uma abordagem equilibrada entre dados qualitativos e quantitativos, com clareza nos termos. É necessário considerar a praticidade da implementação, incluindo impactos sociais e a necessidade de orientação prática para garantir a credibilidade das divulgações sobre compensação de carbono.
5 - Planos de transição e compensações de carbono	A maioria dos respondentes concordou com os requisitos propostos, mas salientaram a necessidade de orientações práticas e de dados quantitativos.

6 - Efeitos atuais e esperados	A maioria das entidades apoia a divulgação de informações quantitativas sobre os impactos climáticos na posição financeira, desempenho e fluxos de caixa das empresas, mas recomenda uma abordagem flexível que permita informações qualitativas quando necessário. Há um consenso sobre a importância de orientações claras e metodologias de avaliação para garantir a comparabilidade e precisão das divulgações, com algumas entidades sugerindo uma implementação faseada.
7 - Resiliência climática	Respostas divididas, com algumas organizações concordando e outras concordando parcialmente; destaque para os custos da divulgação e dificuldade de aplicabilidade dos métodos, especialmente em economias emergentes.
8- Gestão de riscos	A maioria das organizações concordam com a proposta para incorporação de conceitos sobre métricas e categorias métricas interindustriais do TCFD para aumentar a comparabilidade das divulgações de risco do clima.
9 - Categorias métricas interindustriais e emissões de GEE	A maioria das organizações concordou, de maneira geral, com a utilização do Protocolo GHG para definir e medir as emissões dos Escopos 1, 2 e 3, mas recomendaram flexibilidade e um período de adaptação para facilitar a implementação.
10 - Metas	A maioria das organizações concorda com as propostas de divulgação relacionadas a metas climáticas, considerando a referência ao “último acordo internacional” como clara. No entanto, algumas sugerem a inclusão de explicações detalhadas sobre o nível de significância das metas e medidas adicionais para evitar o “ <i>greenwashing</i> ”.
11- Requisitos baseados na indústria	Apoio geral às propostas de requisitos de divulgação baseados na indústria derivados dos Padrões SASB, com recomendações para melhorias na clareza, usabilidade e flexibilidade para diferentes jurisdições e setores. Há um consenso sobre a importância de fornecer orientação prática e a necessidade de um período de adaptação para garantir uma implementação eficaz.
12 - Custos, benefícios e efeitos prováveis	As entidades destacaram os altos custos, especialmente na implementação, e a consequente dificuldade de países emergentes e organizações menores, contudo, os benefícios gerados esperam que sejam superiores.
13 - Verificabilidade e exequibilidade	As entidades destacaram a importância de critérios claros e padronizados para a verificação e fiscalização dos requisitos de divulgação propostos. Há uma ênfase na necessidade de colaboração com organismos de auditoria, padronização de documentos e orientações adicionais para lidar com informações quantitativas prospectivas e análises de cenários.
14 - Data efetiva	Recomendam que o IFRS S 1 e o IFRS 2 entrem em vigor na mesma data, em período não inferior a dois anos, e que, se possível, haja um período de transição para implementação das normas.
15 - Relato digital	A maioria concorda com o fornecimento de informações digitais e reforçam a importância da taxonomia na padronização das informações, permitindo assim, a comparabilidade das informações.
16 - Base global	Apoio a uma base global única de divulgação.
17 - Outros comentários	Adoção do conceito de dupla materialidade; alinhamento das normas do ISSB com organismos reguladores internacionais, para redução de custos; criação de um glossário universal com a definição dos termos; prazo de adoção adequado para a norma.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Recomendações de intervenção

O presente estudo elaborou as seguintes recomendações práticas:

- I. Importância de abordar os riscos e oportunidades climáticas: As respostas mostram um forte apoio aos objetivos propostos na minuta, e indica um consenso sobre a importância de abordar os riscos e oportunidades climáticos e a necessidade de uma governança robusta nesse contexto.
- II. Clareza e Definições Precisas: Houve um destaque recorrente para a necessidade de maior clareza nos termos utilizados. Definições precisas para termos como

“significativo” e “material” são essenciais para garantir que as informações sejam compreensíveis e comparáveis.

- III. Estrutura e Governança: Há uma necessidade clara de estabelecer uma estrutura inclusiva para a governança climática. As respostas indicam que a diversidade no corpo de governança e a adoção de frameworks como o TCFD são cruciais para melhorar a gestão de riscos climáticos.
- IV. Combinação de Abordagens: As preferências indicam que as divulgações devem combinar abordagens qualitativas e quantitativas. Isso é importante para evitar o *greenwashing* e garantir que indicadores quantitativos sejam usados sempre que disponíveis.
- V. Planos de Transição e Metas de Descarbonização: O apoio à inclusão de planos de transição e metas de descarbonização é forte. As sugestões indicam que esses planos devem ser claramente articulados e que os termos relacionados devem ser bem definidos.
- VI. Orientações Práticas e Exemplos: A necessidade de diretrizes adicionais, orientações práticas e exemplos concretos para a avaliação de riscos climáticos foi amplamente mencionada, alegando que ajudaria as entidades a implementarem as recomendações de forma mais eficaz.
- VII. Custos e Aplicabilidade: As respostas destacaram as dificuldades de implementação, especialmente em economias emergentes, e os altos custos associados. Sugere-se a adoção de uma abordagem faseada para facilitar a transição e permitir alternativas flexíveis.
- VIII. Flexibilidade e Adaptação: Foram sugeridos ajustes para permitir diferentes níveis de divulgação conforme o tamanho da entidade e um período de adaptação mínimo. Isso garantiria que tanto grandes quanto pequenas organizações possam cumprir os padrões de forma adequada.
- IX. Transparência e Comparabilidade: Foi proposta a criação de uma “Base de Relatório” para indicadores e metodologias para aumentar a transparência e comparabilidade das informações divulgadas. A importância da taxonomia também foi ressaltada como essencial para a padronização das informações.
- X. Dupla Materialidade e Glossário Universal: A adoção do conceito de dupla materialidade com critérios claros e a criação de um glossário universal para a definição de termos foram recomendadas. Isso facilitaria a consistência e a comparabilidade das divulgações em nível internacional.

- XI. Padronização e Colaboração: A importância de padronizar documentos de relatórios digitais e a colaboração com entidades como o IAASB foram sugeridas. Isso garantiria a integridade e a verificabilidade das informações divulgadas.
- XII. Data Efetiva Comum e Período de Transição: Recomenda-se que os padrões IFRS S1 e S2 entrem em vigor na mesma data, com um período mínimo de dois anos após a emissão dos padrões. A implementação faseada e a consideração de requisitos de governança que possam ser aplicados mais cedo também foram mencionadas.
- XIII. Apoio à Base Global e Coordenação Internacional: Há um amplo apoio à adoção de uma base global para as normas, com recomendações de coordenação com outras iniciativas como o GRI. Isso garantiria a harmonização das normas em um contexto global.
- XIV. Benefícios a Longo Prazo: Apesar dos altos custos iniciais de implementação, espera-se que os benefícios a longo prazo superem esses custos, especialmente em termos de melhoria na gestão de riscos climáticos e na transparência das informações divulgadas.
- XV. Instruções Detalhadas e Canal Aberto para perguntas: Sugestões de guias ou um canal aberto para perguntas e sugestões foram mencionadas como ferramentas úteis para auxiliar as entidades no cumprimento dos padrões. Isso proporcionaria um apoio adicional durante a fase de adaptação e implementação.

Responsáveis

O presente Relatório Técnico foi elaborado pelo discente do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF), Pedro Henrique Godoy Sato, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mariana Pereira Bonfim.

Contatos

pedrosato@id.uff.br

marianabonfim@id.uff.br

Data de realização do relatório

Julho de 2024.